O espaço literário é não apenas parte integrante mas, mais, lugar nobre da cultura, a qual forma um sistema simbólico; e o cânone literário é uma das instâncias centrais do que Pierre Bourdieu designou de *capital cultural*[1]. Na situação cultural, e não na condição cultural, deste nebuloso, relativista e veloz tempo dito pós-moderno em que vivemos, assiste-se a uma acentuada queda do *capital simbólico* da literatura. Sob a égide dos valores do mercado, que dominam a informação social, a qual, por sua vez, quase agenda a política, floresce um "populismo cultural mediático"[2], enquanto na Escola as Humanidades definham. As malhas mediáticas procuram impor os "public critics", tentando deste modo afastar os "scholar critics" (Northrop Frye) da palavra de poder sobre o estético-literário; essas malhas apoiam os "technomanagers", de que fala John Guillory, os quais, escudados na racionalidade económica, promovem obras de lucro mas

---

1 Conceito criado por Bourdieu para aquilatar a força das obras artísticas no quadro do que designa de "hegemonia burguesa". Cf. *Distinction: a Social Critique of the Judgement of Taste* (Cambridge/Massachusetts, 1984).

2 João Barrento, *A espiral vertiginosa – ensaios sobre a cultura contemporânea* (Lisboa, 2001), p. 51.

descartáveis, corrompendo assim o capital cultural tradicional. Aliás, a "Teoria", que Guillory significativamente equipara à desconstrução de Paul de Man, pôs-se inadvertidamente ao serviço dos "technomanagers", ajudando à erosão do capital simbólico literário e à balkanização dos Estudos Literários autónomos[3]. Neste cenário de censura comercial e de progressiva bagatelização do texto literário, cada vez mais atirado para a obscuridade pelo chamado produto editorial; neste quadro de massificação cultural e de *best-sellers* – de "bestas céleres", no acerado escrever de Alexandre O'Neill –, a Escola, conquanto em perda, com a progressiva menorização dos valores literários em favor do culturalismo, no ensino superior, e da *comunicação*, no ensino secundário, continua, contudo, a ser a maior autoridade especulativa e a maior responsável pela organização do *capital cultual* amealhado por uma sociedade. Nesta função especulativa e organizativa da Escola, é crucial o seu papel de proposição e fundamentação do cânone, o qual, sem o prestígio – basta pensar-se na proliferação dos "cânones alternativos"–, ou até a obrigatoriedade de outrora, continua no entanto a ser útil e mesmo indispensável.

Nesta *Era do Vazio* e sob O *Império do Efémero,* segundo as opiniões titulares de Gilles Lipovetsky; neste tempo de crise de valores, de crise civilizacional, essa crise transmite-se obrigatoriamente à literatura, enquanto depositária da cultura, e, em consequência, aos Estudos

[3] Cf. John Guillory, *Cultural Capital. The Problem of Literary Canon Formation* (Chicago/London, 1993).

Literários, cujas disciplinas, deixando-se contaminar por novos objectos, se babelizam (mas crise, com optimismo, poderá significar também renascimento). Quando se vulgarizou o questionamento, ou mesmo a total desvalorização, do uso de qualquer grelha teórica; quando proliferam paradigmas, boa parte dos quais são na realidade anti-paradigmas, já que envoltos em constantes disputas, situação própria de um estádio de pré-ciência, como clarificou Thomas Kuhn, em *The structure of scientific revolutions;* quando, por exemplo, Steven Knapp e Walter Benn Michaels[4] recusam taxativamente valor à teoria literária, ou a agressividade pragmática de um Stanley Fish[5] o leva a dizer que o leitor não especializado – com certeza um leitor menos apetrechado, nestes tempos de audiovisual, do que o "common reader" de Virginia Woolf – é que decide por si o que é literatura e o que não é; quando, em suma, segundo a tese usual, a "era teórica", com a sua cacofonia babilónica, feita em boa parte de folia conceptual e de nevoeiro informativo, destrói o consenso humanístico sobre a finalidade da pesquisa literária, torna-se sem dúvida estrategicamente necessário defender lugares e pontos de estabilidade/razoabilidade. A Escola, pela nobreza intelectual da sua produção rigorosa e minuciosa de conhecimentos e pela sua natureza secularmente institucional, a que de modo quase automático se associam os conceitos de autoridade e repe-

[4] Cf. Steven Knapp e Walter Benn Michaels, "Against Theory", *Against Theory. Literary Studies and the New Pragmatism,* ed. W. J. T. Mitchell (Chicago/London, 1985).

[5] Cf. Stanley Fish, *Is There a Text in This Class? The Authority of Interpretative Communities* (London/Cambridge, 1980).

titividade[6], não pode abdicar de (tentar) ser um lugar nuclear de estabilidade, de *stasis,* não fossilizada, evidentemente. No funcionamento institucional da literatura, a Escola, através da qual se regulam as práticas de leitura e de escrita, será ainda a principal instituição que tem por objectivo a preservação de obras. À Escola competirá assim, entre outras tarefas, o essencial ponto da formação, manutenção e transformação do cânone, embora naturalmente deva ter em conta os contributos das tradições críticas exógenas ou as escolhas dos próprios escritores. É através de formas institucionais como o currículo e os programas, formas próprias da Escola, que se preservam as grandes obras, que se resguarda o cânone, o qual, no nosso caso, se prende com o património maior – a Língua.

Sendo o cânone um termo fundamentalmente bissémico, sinónimo de autoridade e de selectividade – é *norma non normata* e lenta lista selecta –, implica pela sua própria natureza conceptual a existência de critérios judicativos. Na construção do cânone, para além da eleição e da descrição das obras, não se vê como é que podem deixar de existir juízos de valor, rebatíveis, obviamente. Qualquer que seja a linhagem teórica – a orientação moralista, de fundo platónico; a orientação estética, de pendor kantiano, ou o paradigma sócio-político, inaugurado pelo Estagirita, as grandes concepções postuladas, ao

[6] Sobre a repetitividade como característica implícita de qualquer instituição e ainda como razão para qualquer pressuposição, veja-se, de Peggy Kamuf, *The Division of Literature: Or the University in Deconstruction* (Chicago, 1997).

fim e ao cabo, pelo Bom, pelo Belo e pelo Verdadeiro –, ela não pode excluir o juízo valorativo das suas propostas de formalização canónica. Numa palavra, quer as posições teóricas conservadoras – defensoras de uma valoração universal e intemporal, de uma suspensão, ou *paralítico,* da História – quer as posições liberais –, que se abrem à historicidade, com uma valoração variável segundo interesses ou preconceitos de grupo e do espírito do tempo e lugar –, terão de ultrapassar o mero descritivismo das obras a canonizar e apresentar uma fundamentação discursiva/valorativa das mesmas. Sobre estas posições, registe-se a felina equidistância de Frank Kermode[7], que, com os liberais, insiste no carácter institucional, convencional e historicamente variável dos cânones, e, com os conservadores, reconhece que o texto canónico de algum modo perpetua um valor estável e uma modernidade permanente, o que permite ao próprio cânone validar os consensos interpretativos de uma instituição. Por sua vez, dando um novo passo na discussão, John Guillory, com o sentido da realidade próprio do pragmatismo anglo-saxónico, afirma, por um lado, o "carácter necessário mas não suficiente" do juízo individual, ou grupal, nas propostas de canonização e, por outro, acentua o papel determinante da instituição literária na consolidação dessas propostas. Escreve Guillory: "O juízo individual que diz ser grande determinada obra nada faz em si para preservar a referida obra, a não ser que esse juízo de valor seja feito num certo contexto institucional, num lugar

[7] Cf. Frank Kermode, *Formas de Atenção*, tradução de Maria Georgina Segurado (Lisboa, 1991).

onde seja possível assegurar a *reprodução* da obra, assegurar a sua contínua reintrodução a gerações de leitores"[8]. O mais tradicional e ainda o mais adequado desses lugares de reprodução, de transmissão repetida e consequente, das obras será a Escola. Tudo isto num contexto curricular, naturalmente; tudo isto num quadro de resposta ao que deve ser ensinado e porquê. Mas a questão do cânone também poderá ser tratada na Escola, como sugeriram Walter Mignolo e outros autores, a um nível diferente, a um nível epistémico, no qual se buscariam as respostas para perguntas como: Que tipo de grupos, ou de interesses, estão representados nos cânones? Como é que se definem os cânones? Como é que se redefinem? Este segundo nível de trabalho em torno do cânone existirá, logicamente, num contexto de investigação. De todos os modos, é indiscutível que a questão do cânone faz em absoluto parte da história da Escola.

[8] John Guillory, "Canon", *Critical Terms for Literary Study*, ed. Frank Lentricchia e Thomas McLaughlin (Chicago/London, 1990), p. 237. Tradução minha.